

Banco de Tokyo-
Mitsubishi UFJ
Brasil S/A

**Demonstrações financeiras de
31 de dezembro de 2016 e 2015**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	7
Balanços patrimoniais	10
Demonstrações de resultados	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações do fluxo de caixa – Método indireto	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Clientes e Colaboradores:

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Desempenho nos Negócios (Em milhares de Reais)

- Resultados**

Em 31 de dezembro de 2016, o Banco apresentou lucro no exercício de R\$ 82.970, contra um lucro de R\$ 119.039 reapresentado do exercício de 2015.

- Ativos e Passivos**

O total de ativos atingiu R\$ 17.746.864 (2015 – R\$ 13.627.452) e é representado principalmente por:

Descrição	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4.104.040	5.306.723
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	3.772.013	3.827.348
Operações de crédito	814.850	809.645
Outros créditos	8.945.313	3.544.195

- Patrimônio Líquido**

O Patrimônio Líquido no final do exercício foi de R\$ 1.384.673 (2015 – R\$ 1.307.181) composto da seguinte maneira:

Descrição	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Capital social	853.071	853.071
Reservas de capital	5.103	5.103
Reservas de lucros	533.675	455.404
Ajustes de avaliação patrimonial	(3.122)	(2.343)
Ações em tesouraria	(4.054)	(4.054)

Agência de Rating

A agência internacional Standard & Poor's atribuiu ao Banco os ratings de contraparte de longo e curto prazo "brAA-/ brA-1" na Escala Nacional Brasil.

Gerenciamento de Risco

A descrição da estrutura relacionada ao gerenciamento de riscos encontra-se disponível em nossa página, na rede mundial de computadores (*Internet*) no sítio: www.br.bk.mufg.jp.

- **Risco de Crédito**

Em atendimento à Resolução nº 3.721 de 30 de abril de 2009 do Conselho Monetário Nacional, o Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A possui implementada a Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito, sendo o Departamento *Risk Management - Grupo Credit Risk Control* o responsável pelo monitoramento e controle dos riscos de crédito bem como o cumprimento à política de crédito.

- **Risco de Mercado**

Em atendimento à Resolução nº 3.464 de 26 de junho de 2007 do Conselho Monetário Nacional, o Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A possui implementada a Estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado, sendo o Departamento de *Risk Management - Grupo Market Risk Control* a área responsável pela identificação, mensuração, avaliação, monitoramento e controle dos riscos de mercado assumidos pelo Banco.

- **Risco de Liquidez**

Em atendimento à Resolução nº 4.090 de 24 de maio de 2012 do Conselho Monetário Nacional, o Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A possui implementada a Estrutura de Gerenciamento de Risco de Liquidez, sendo o Departamento de *Risk Management - Grupo Market Risk Control* a área responsável pela identificação, mensuração, avaliação, monitoramento e controle dos riscos de liquidez assumidos pelo Banco.

- **Risco Operacional**

Em atendimento à Resolução nº 3.380 de 29 de junho de 2006 do Conselho Monetário Nacional, o Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A possui implementada a Estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional, e adota como metodologia a “Abordagem do Indicador Básico” para o cálculo da parcela do Patrimônio de Referência Exigido referente ao Risco Operacional, conforme Circular do Banco Central do Brasil nº 3.640, de 4 de março de 2013.

- **Estrutura de Gerenciamento de Risco de Capital**

Em atendimento aos artigos 10º e 12º da Resolução nº 3.988 de 30 de junho de 2011 do Conselho Monetário Nacional, o Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A indicou em 25 de novembro de 2011 o diretor responsável e definiu o Departamento *Risk Management - Grupo Market Risk Control* como a estrutura organizacional para a implementação da estrutura de gerenciamento de capital. Em reunião de diretoria realizada em 27 de junho de 2012, o Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A aprovou a Política Institucional, os processos, procedimentos e sistemas necessários para a implementação da Estrutura de Gerenciamento de Capital, que são revisados anualmente. Em conformidade com os artigos

5º e 8º da Resolução nº 3.988 foi aprovado em Reunião de Diretoria, o Plano de Capital do Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A.

- **Razão da Alavancagem (RA)**

Em atendimento a Circular do Banco Central do Brasil nº 3.748, de 25 de fevereiro de 2015, as informações relacionadas a metodologia para apuração da Razão da Alavancagem (RA) encontra-se disponível em nossa página, na rede mundial de computadores (*Internet*) no sítio: www.br.bk.mufg.jp.

Ouvidoria

Atendendo aos normativos do Banco Central do Brasil, foi estabelecido um componente organizacional de Ouvidoria que, além do Diretor Responsável possui uma Ouvidora, cuja finalidade é de assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor e de atuar como canal de comunicação entre a instituição e seus clientes (usuários de seus produtos e serviços), inclusive na mediação de conflitos.

São Paulo, 16 de março de 2017.

A Administração

Resumo do relatório do Comitê de Auditoria

Em conformidade com suas atribuições, compete ao Comitê de Auditoria do Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A, zelar pela qualidade das demonstrações financeiras, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela independência e qualidade dos trabalhos da auditoria independente e da auditoria interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos.

No decorrer do período foram realizadas reuniões de trabalho na qual estiveram presentes, além dos membros do Comitê de Auditoria, representantes da Auditoria Interna, da Auditoria Independente e de outras áreas.

Destacamos como principais, os seguintes assuntos tratados:

- Revisão das demonstrações financeiras do 2º semestre e exercício findo em 31 de dezembro;
- Avaliação da atuação e qualidade dos trabalhos das Auditorias Independente e Interna;
- Avaliação do cumprimento das recomendações feitas pelos Auditores Independentes e Internos; e
- Acompanhamento da gestão de riscos e assuntos de Compliance.

O Comitê de Auditoria, em decorrência das avaliações realizadas, baseadas nas informações recebidas da Administração e das Auditorias Interna e Independente, concluiu que os trabalhos desenvolvidos são eficazes e conferem transparência e qualidade às demonstrações financeiras do Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2017.

Comitê de Auditoria



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501

www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos

Acionistas e à Administração do

Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A

São Paulo -SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração e os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de março de 2017.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP252418/O-3

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

Ativo		2016	2015 (reapresentado)
Circulante		14.624.879	11.001.621
Disponibilidades	(Nota 4)	10.845	14.404
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(Nota 5)	4.104.040	5.306.723
Aplicações em operações compromissadas		3.174.367	5.074.107
Aplicações em depósitos interfinanceiros		-	3.023
Aplicações em moedas estrangeiras		929.673	229.593
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(Nota 6)	1.274.723	1.688.634
Carteira própria		113.814	261.289
Vinculados a prestação de garantias		802.755	1.336.500
Instrumentos financeiros derivativos	(Nota 18)	358.154	90.845
Relações interfinanceiras		30.837	57.539
Créditos vinculados:			
Depósitos no Banco Central		30.369	57.049
Correspondentes		468	490
Operações de crédito	(Nota 7)	609.605	711.878
Operações de crédito:			
Setor privado		611.809	737.102
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(2.204)	(25.224)
Outros créditos		8.589.874	3.218.484
Carteira de câmbio	(Nota 13a)	8.567.361	2.892.685
Rendas a receber		9.938	954
Negociação e intermediação de valores		12.203	330.960
Diversos	(Nota 8)	1.379	190
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(1.007)	(6.305)
Outros valores e bens		4.955	3.959
Despesas antecipadas		4.955	3.959
Não Circulante		3.058.861	2.563.282
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(Nota 6)	2.497.290	2.138.714
Carteira própria		284.961	592.554
Vinculados a operações compromissadas		-	31.077
Vinculados a prestação de garantias		1.763.418	1.413.448
Instrumentos financeiros derivativos	(Nota 18)	448.911	101.635
Operações de crédito	(Nota 7)	205.245	97.767
Operações de crédito:			
Setor privado		206.733	99.311
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(1.488)	(1.544)
Outros créditos		355.439	325.711
Carteira de câmbio	(Nota 13a)	7.121	-
Devedores por depósito em garantia	(Nota 15)	221.448	204.544
Diversos	(Nota 8)	126.870	121.167
Outros valores e bens		887	1.090
Despesas antecipadas		887	1.090
Permanente	(Nota 9)	63.124	62.549
Investimentos		1	1
Outros investimentos		196	196
Provisão para perdas		(195)	(195)
Imobilizado de uso		38.762	50.952
Imóveis de uso		30.457	31.135
Outras imobilizações de uso		39.371	45.752
Depreciações acumuladas		(31.066)	(25.935)
Ativo Intangível		24.361	11.593
Ativos intangíveis		49.129	31.606
Amortização acumulada		(24.768)	(20.013)
Diferido		-	3
Gastos de organização e expansão		-	5.624
Amortização acumulada		-	(5.621)
Total do ativo		17.746.864	13.627.452

Passivo		2016	2015 (reapresentado)
Circulante		15.549.027	8.705.945
Depósitos	(Nota 11)	2.507.101	2.251.677
Depósitos à vista		90.079	141.504
Depósitos interfinanceiros		20.150	-
Depósitos a prazo		2.396.872	2.110.173
Obrigações por operações compromissadas		-	31.015
Carteira própria		-	31.015
Recursos de aceites e emissão de títulos		38.130	-
Obrigações por emissão de letras financeiras		38.130	-
Relações interfinanceiras		4	1
Recebimentos e pagamentos a liquidar		4	1
Relações interdependências		20.269	87.971
Recursos em trânsito de terceiros		20.269	87.971
Obrigações por empréstimos	(Nota 12)	3.511.200	2.836.931
Empréstimos no exterior		3.511.200	2.836.931
Obrigações por repasses do país - instituições oficiais	(Nota 12)	95.717	47.398
BNDES		55.710	9.753
Finame		7.904	22.003
Outras instituições oficiais		32.103	15.642
Obrigações por repasses do exterior	(Nota 12)	209.470	174.061
Repasses do exterior		209.470	174.061
Instrumentos financeiros derivativos	(Nota 18)	459.858	972.208
Instrumentos financeiros derivativos		459.858	972.208
Outras obrigações		8.707.278	2.304.683
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		570	1.165
Carteira de câmbio	(Nota 13b)	8.370.653	2.008.780
Sociais e estatutárias		1.711	4.785
Fiscais e previdenciárias	(Nota 14)	119.362	187.768
Negociação e intermediação de valores		120.210	24.380
Provisão para passivos contingentes	(Nota 15)	40.263	32.659
Diversos	(Nota 16)	54.509	45.146
Passivo Não Circulante		812.364	3.613.289
Recursos de aceites e emissão de títulos		-	33.201
Obrigações por emissão de letras financeiras		-	33.201
Obrigações por empréstimos		-	1.408.153
Empréstimos no exterior		-	1.408.153
Obrigações por repasses do país - instituições oficiais	(Nota 12)	80.991	114.065
BNDES		28.008	59.378
Finame		19.143	20.108
Outras instituições oficiais		33.840	34.579
Obrigações por repasses do exterior	(Nota 12)	20.317	2.705
Repasses do exterior		20.317	2.705
Instrumentos financeiros derivativos	(Nota 18)	584.592	1.942.090
Instrumentos financeiros derivativos		584.592	1.942.090
Outras obrigações		126.464	113.075
Carteira de câmbio	(Nota 13b)	7.457	-
Fiscais e previdenciárias	(Nota 14)	115.417	107.915
Diversos	(Nota 16)	3.590	5.160
Resultado de exercícios futuros		800	1.037
Patrimônio líquido	(Nota 17)	1.384.673	1.307.181
Capital social		853.071	853.071
De domiciliados no País		4.445	4.445
De domiciliados no exterior		848.626	848.626
Reservas de capital		5.103	5.103
Reservas de lucros		533.675	455.404
Ajustes de avaliação patrimonial		(3.122)	(2.343)
Ações em tesouraria		(4.054)	(4.054)
Total do passivo e patrimônio líquido		17.746.864	13.627.452

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

	2º Semestre	Exercício	
	2016	2016	2015 (reapresentado)
Receitas da intermediação financeira	421.736	(25.615)	2.165.133
Operações de crédito	37.239	38.733	144.678
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	419.891	927.322	913.785
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(35.394)	(991.670)	625.605
Resultado de operações de câmbio	-	-	481.065
Despesas da intermediação financeira	(264.073)	388.222	(1.740.731)
Operações de captação no mercado	(138.994)	(243.113)	(226.886)
Operações de empréstimos e repasses	(46.701)	720.050	(1.512.222)
Resultado de operações de câmbio	(81.894)	(97.093)	-
(Constituição) / Reversão de provisão para crédito de liquidação duvidosa	3.516	8.378	(1.623)
Resultado bruto da intermediação financeira	157.663	362.607	424.402
Outras receitas (despesas) operacionais	(92.513)	(193.340)	(213.004)
Receitas de prestação de serviços (Nota 23f)	22.917	35.962	25.259
Rendas de tarifas bancárias (Nota 23f)	519	1.150	1.222
Despesas de pessoal (Nota 23b)	(71.869)	(135.106)	(118.473)
Outras despesas administrativas (Nota 23c)	(31.925)	(66.861)	(69.893)
Despesas tributárias	(8.384)	(27.264)	(37.911)
Outras receitas operacionais (Nota 23d)	10.538	17.558	21.807
Outras despesas operacionais (Nota 23e)	(14.309)	(18.779)	(35.015)
Resultado operacional	65.150	169.267	211.398
Resultado não operacional	227	(581)	(286)
Resultado antes da tributação sobre o lucro	65.377	168.686	211.112
Imposto de renda e contribuição social	(35.515)	(85.716)	(92.073)
Provisão para imposto de renda	8.506	(30.684)	(81.984)
Provisão para contribuição social	5.668	(24.735)	(55.415)
Ativo fiscal diferido - Impostos e contribuições	(49.689)	(30.297)	45.326
Lucro líquido do semestre / exercício	29.862	82.970	119.039
Quantidade de ações em circulação (por lote de mil ações)	4.331.521	4.331.521	4.331.521
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$	6,89	19,15	27,48

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

		Reservas de capital		Reservas de lucro					
	Capital Social	Ágio por subscrição de ações	Outras reservas de capital	Legal	Estatutária	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014 (reapresentado)	853.071	4.947	156	25.181	317.894	(2.605)	-	(4.041)	1.194.603
Ajuste de avaliação patrimonial - Disponíveis para venda	-	-	-	-	-	873	-	-	873
Ajuste de avaliação patrimonial - Benefício a empregados	-	-	-	-	-	(611)	-	-	(611)
Aquisição de ações de própria emissão	-	-	-	-	-	-	-	(13)	(13)
Reversão de dividendos propostos de anos anteriores	-	-	-	-	2	-	-	-	2
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	119.039	-	119.039
Destinação do lucro:									
Reserva legal	-	-	-	5.952	-	-	(5.952)	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	(6.712)	-	(6.712)
Transferência para reserva estatutária	-	-	-	-	106.375	-	(106.375)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015 (reapresentado)	853.071	4.947	156	31.133	424.271	(2.343)	-	(4.054)	1.307.181
Mutações do exercício	-	-	-	5.952	106.377	262	-	(13)	112.578
Saldos em 31 de dezembro de 2015 (reapresentado)	853.071	4.947	156	31.133	424.271	(2.343)	-	(4.054)	1.307.181
Ajuste de avaliação patrimonial - Disponíveis para venda	-	-	-	-	-	(1.083)	-	-	(1.083)
Ajuste de avaliação patrimonial - Benefício a empregados	-	-	-	-	-	304	-	-	304
Reversão de dividendos propostos de anos anteriores	-	-	-	-	3	-	-	-	3
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	82.970	-	82.970
Destinação do lucro:									
Reserva legal	-	-	-	4.149	-	-	(4.149)	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	(4.702)	-	(4.702)
Transferência para reserva estatutária	-	-	-	-	74.119	-	(74.119)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	853.071	4.947	156	35.282	498.393	(3.122)	-	(4.054)	1.384.673
Mutações do exercício	-	-	-	4.149	74.122	(779)	-	-	77.492
Saldos em 30 de junho de 2016 (reapresentado)	853.071	4.947	156	33.788	471.716	(2.850)	-	(4.054)	1.356.774
Ajuste de avaliação patrimonial - Disponíveis para venda	-	-	-	-	-	(576)	-	-	(576)
Ajuste de avaliação patrimonial - Benefício a empregados	-	-	-	-	-	304	-	-	304
Reversão de dividendos propostos de anos anteriores	-	-	-	-	1	-	-	-	1
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	29.862	-	29.862
Destinação do lucro:									
Reserva legal	-	-	-	1.494	-	-	(1.494)	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	(1.692)	-	(1.692)
Transferência para reserva estatutária	-	-	-	-	26.676	-	(26.676)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	853.071	4.947	156	35.282	498.393	(3.122)	-	(4.054)	1.384.673
Mutações do semestre	-	-	-	1.494	26.677	(272)	-	-	27.899

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do fluxo de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

	2º Semestre	Exercício	
	2016	2016	2015 (reapresentado)
Caixa gerado nas atividades operacionais	2.005.707	(1.724.554)	1.607.807
Lucro líquido do semestre / exercício	29.862	82.970	119.039
Ajustes ao lucro líquido:	67.266	36.327	90.260
Constituição / (Reversão) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.868)	(23.076)	(1.160)
(Reversão) de provisão para outros créditos	(1.648)	(5.298)	2.784
Depreciações e amortizações	4.992	10.235	10.688
Constituição de provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	14.588	18.203	25.444
Constituição de provisão atuarial	(1.570)	(1.570)	3.977
Imposto de Renda e Contribuição Social s/Lucro Líquido (Diferido)	49.689	30.297	45.274
Dividendos pagos	3.020	7.773	2.900
Variação nos resultados de exercícios futuros	63	(237)	353
Lucro líquido ajustado	97.128	119.297	209.299
Variação nos ativos operacionais:	1.486.799	(5.894.608)	1.110.640
(Aumento) / Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	449.795	(529.121)	(373.640)
(Aumento) / Redução em títulos e valores mobiliários	2.615	54.252	(1.709.603)
(Aumento) / Redução em relações interfinanceiras e interdependências	16.245	(40.997)	76.844
(Aumento) / Redução em operações de crédito	(121.699)	17.871	52.204
(Aumento) / Redução em outros créditos e outros valores e bens	1.139.843	(5.396.613)	3.064.835
Variação nos passivos operacionais:	421.780	4.050.757	287.868
Aumento em depósitos	654.329	255.424	791.180
(Redução) em captações no mercado aberto	-	(31.015)	(207.515)
Aumento em obrigações por emissão de letras financeiras	2.571	4.929	33.201
(Redução) / Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	753.041	(665.618)	951.663
(Redução) / Aumento em instrumentos financeiros derivativos	(269.754)	(1.869.848)	2.318.698
(Redução) / Aumento em outras obrigações	(718.407)	6.356.885	(3.599.359)
Caixa utilizado nas atividades de investimentos	(5.846)	(10.810)	(14.517)
Alienação de imobilizado de uso	14.850	23.183	5.401
Aquisição de imobilização de uso	(7.193)	(16.470)	(17.480)
Aplicação no intangível	(13.503)	(17.523)	(2.438)
Caixa utilizado nas atividades de financiamentos	-	-	(13)
Aquisição de ações de própria emissão	-	-	(13)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	1.999.861	(1.735.364)	1.593.277
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre / exercício	1.176.790	4.912.015	3.318.738
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre / exercício	3.176.651	3.176.651	4.912.015
Aumento / (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	1.999.861	(1.735.364)	1.593.277

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

O Banco desenvolve as atividades permitidas às instituições bancárias e opera como instituição financeira múltipla com: Carteira Comercial, de Investimento, de Crédito, Financiamento e Investimento e Carteira de Câmbio.

2 Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, considerando as alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável. As demonstrações financeiras estão em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), foram concluídas e aprovadas pela Administração para divulgação em 16/03/2017.

Reapresentação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015

A partir de 1º de janeiro de 2013 entrou em vigor o pronunciamento técnico CPC 33(R1) que trata dos aspectos contábeis de benefícios para funcionários. Em 25 de junho de 2015 o Banco Central do Brasil aprovou através da Resolução nº 4.424 as disposições sobre o registro contábil e a evidenciação de benefícios a empregados, onde autorizou o Banco a procedimentos adicionais a serem observados na contabilização e na divulgação das informações a partir de 1º de janeiro de 2016.

A adoção do referido pronunciamento, aplicável ao exercício iniciado a partir de 1º de janeiro de 2016, ocasionou os seguintes efeitos nas demonstrações contábeis:

	<u>Saldo publicado</u>	<u>Ajuste</u>	<u>Saldo reapresentado</u>
Balanco Patrimonial			
Patrimônio Líquido			
Reservas de lucros	452.544	2.860	455.404
Ajustes de avaliação patrimonial	517	(2.860)	(2.343)
	<u>Saldo publicado</u>	<u>Ajuste</u>	<u>Saldo reapresentado</u>
Demonstrações de resultados			
Outras receitas (despesas) operacionais	(213.589)	585	(213.004)
Outras despesas operacionais	(35.600)	585	(35.015)
Resultado operacional	210.813	585	211.398
Resultado antes da tributação sobre o lucro	210.527	585	211.112
Imposto de renda e contribuição social	(92.099)	26	(92.073)
Ativo fiscal diferido - Impostos e contribuições	45.300	26	45.326
Lucro líquido do exercício	118.428	611	119.039

Página 14 de 43

	<u>Saldo publicado</u>	<u>Ajuste</u>	<u>Saldo reapresentado</u>
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido			
Reservas de lucro - Legal	30.990	143	31.133
Reservas de lucro - Estatutária	421.554	2.717	424.271
Ajustes de avaliação patrimonial	517	(2.860)	(2.343)
	<u>Saldo publicado</u>	<u>Ajuste</u>	<u>Saldo reapresentado</u>
Demonstrações do fluxo de caixa – Método Indireto			
Lucro líquido do exercício	118.428	611	119.039
Constituição de provisão atuarial	4.562	(585)	3.977
Imposto de Renda e CSLL (Diferido)	45.300	(26)	45.274

3 Principais práticas contábeis

Resumo das principais práticas contábeis

a. Apuração de resultado

A apuração de resultado é reconhecida para fins contábeis pelo regime de competência.

b. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para crédito de liquidação duvidosa, imposto de renda diferido ativo, provisão para contingências, provisão para obrigação atuarial e valorização de instrumentos financeiros derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Essas estimativas são revistas pelo menos anualmente, buscando-se determinar valores que mais se aproximem dos futuros valores de liquidação dos ativos ou passivos considerados.

c. Ativos e passivos, circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados “pro rata” dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os demais ativos e passivos são considerados como não circulante.

d. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

As carteiras de títulos e valores mobiliários e os instrumentos financeiros derivativos estão demonstrados pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

- *Títulos e valores mobiliários*

- Títulos para negociação,
- Títulos disponíveis para venda e
- Títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria “títulos para negociação” estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados; na categoria “títulos mantidos até o vencimento”, aqueles para os quais existem intenção e capacidade financeira do Banco em mantê-los em carteira até o vencimento e na categoria “títulos disponíveis para venda” estão registrados aqueles que não se enquadram nas demais categorias descritas nos itens acima. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias para negociação e disponíveis para venda estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados “pro rata” dia, e ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização decorrente de tal ajuste em contrapartida:

I - Da adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria “títulos para negociação”; e

II - Da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria “títulos disponíveis para venda”.

III - Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “mantidos até o vencimento” estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados “pro rata” dia, os quais estão registrados no resultado do período, sendo registradas provisões para perdas sempre que houver perda permanente no valor de realização de tais títulos e valores mobiliários.

- *Instrumentos financeiros derivativos*

Os instrumentos financeiros derivativos são registrados pelo seu correspondente valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste ao valor de mercado em adequada conta de receita ou despesa, exceto os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos (*hedge*), que podem ser classificados como:

I - “Hedge” de risco de mercado

II - “Hedge” de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a “hedge” e os respectivos objetos de “hedge” são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

- Para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização são registradas em contrapartida às adequadas conta de receita ou despesa, no resultado do período;
- Para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização são registradas em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido.

e. Operações de crédito e provisões para operações de crédito de liquidação duvidosa e avais e fianças prestadas

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração, fundamentada nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e não vencidas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras, e na política de avaliação de risco da Administração do Banco, observando os parâmetros estabelecidos na Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda). As rendas das operações de crédito vencidas a mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As provisões para operações de crédito de liquidação duvidosa, conforme demonstrado na Nota 7c, e avais e fianças prestados, conforme demonstrado na Nota 23a, consideradas suficientes pela Administração, atendem ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida.

Considera-se renegociação a composição de dívida, a prorrogação, a novação, a concessão de nova operação para liquidação parcial ou integral de operação anterior ou qualquer outro tipo de acordo que implique na alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas, conforme Resolução CMN nº 2.682/99.

f. Ativo permanente

Está demonstrado ao custo de aquisição combinado com os seguintes aspectos:

A depreciação do imobilizado de uso é calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: imóveis de uso - edificações - 4%; instalações, móveis e equipamentos, sistema de segurança e de comunicação - 10%; e sistema de processamento de dados e transporte - 20%.

A amortização do diferido é calculada pelo método linear, no prazo de até dez anos ou segundo o prazo contratual, no caso de benfeitorias de bens locados.

A Lei nº 11.638 eliminou a conta do Ativo Diferido. O Conselho Monetário Nacional autorizou as Instituições Financeiras a manter o saldo de 31 de dezembro de 2008 até a sua completa amortização para baixa e para novas constituições, as Instituições Financeiras devem registrar no Ativo Diferido, exclusivamente, as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuirão, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um semestre social e que não configurem tão-somente redução de custos ou acréscimo na eficiência operacional. A vinculação das despesas e dos gastos registrados no Ativo Diferido com o aumento do resultado de mais de um exercício social foi baseada em estudo técnico, coerente com as informações utilizadas em outros relatórios operacionais.

Ativo intangível - correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

g. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (“impairment”)

É reconhecida uma perda por “impairment” se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por “impairment” são reconhecidas no resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por “impairment”.

h. Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual tributável excedente a R\$ 240 (lucro semestral de R\$ 120), e a provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 15% até agosto de 2015 e 20%, para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019 sobre o lucro ajustado antes do imposto de renda. Também é observada a prática contábil de constituição de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias conforme Nota Explicativa nº 20. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

i. Negociação e intermediação de valores

As negociações e intermediação de valores são demonstradas pelo saldos das operações realizadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros – BM&FBOVESPA pendentes de liquidações dentro dos prazos regulamentares ou de vencimento dos contratos.

j. Provisões para contingências

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando o Banco tem uma obrigação presente ou não formalizada (obrigação construtiva) como resultado de eventos passados; e que seja provável a saída de recursos para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado confiavelmente.

Quando há um grupo de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada pelo Banco, levando-se em consideração o grupo de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído no mesmo grupo de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação é reconhecido na conta "Outras despesas operacionais".

4 Composição do caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa apresentado na demonstração dos fluxos de caixa estão constituídos por:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
No início do exercício	4.912.015	3.318.738
Disponibilidades	14.404	430.073
Aplicações interfinanceiras de liquidez (*)	4.897.611	2.888.665
No final do exercício	<u>3.176.651</u>	<u>4.912.015</u>
Disponibilidades	10.845	14.404
Aplicações interfinanceiras de liquidez (*)	3.165.806	4.897.611
Aumento / (Redução) do Caixa e equivalentes de caixa	<u>(1.735.364)</u>	<u>1.593.277</u>

(*) Operações que da data de aquisição ao vencimento possuem prazo de até 90 dias.

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

a. Aplicações em operações compromissadas

	2016			2015
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total	Total
Posição bancada				
LTN	677.240	256.752	933.992	5.069.112
NTN	2.240.375	-	2.240.375	-
LFT	-	-	-	4.995
Total	<u>2.917.615</u>	<u>256.752</u>	<u>3.174.367</u>	<u>5.074.107</u>

Os títulos lastreados com vencimento até 90 dias totalizam o montante de R\$ 2.240.375 (2015 – R\$ 4.664.995) e R\$ 933.992 com vencimento até maio de 2023 (2015 – R\$ 409.112).

b. Aplicações em depósitos interfinanceiros

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
De 31 a 180 dias	-	3.023
Total	<u>-</u>	<u>3.023</u>

c. Aplicações em moedas estrangeiras

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Até 30 dias (*)	929.673	229.593
Total	<u>929.673</u>	<u>229.593</u>

(*) Tratam-se de aplicações com liquidez imediata.

6 Títulos e valores mobiliários

					2016	2015
Categorias	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Valor da curva	Total
Títulos para negociação	-	-	-	-	-	74.046
Títulos disponíveis para venda	<u>91.940</u>	<u>824.629</u>	<u>2.048.379</u>	<u>2.964.948</u>	<u>2.964.360</u>	<u>3.560.822</u>
Total	<u>91.940</u>	<u>824.629</u>	<u>2.048.379</u>	<u>2.964.948</u>	<u>2.964.360</u>	<u>3.634.868</u>

Tipos de títulos - Negociação	2016			2015
	Valor da curva	Valor de mercado	Ajuste	Valor de mercado
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	74.046
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>74.046</u>

Tipos de títulos – Disponíveis para Venda	2016			2015
	Valor da curva	Valor de mercado	Ajuste	Valor de mercado
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	392.128
Letras do Tesouro Nacional (Hedge)	274.188	275.805 (*)	1.617	911.423 (*)
Notas do Tesouro Nacional	10.485	10.482	(3)	12.835
Letras Financeiras do Tesouro	2.394.471	2.393.700	(771)	1.792.146
Debêntures	285.216	284.961	(255)	285.058
Notas Promissórias	-	-	-	167.232
Total	<u>2.964.360</u>	<u>2.964.948</u>	<u>588</u>	<u>3.560.822</u>

(*) Vide Nota Explicativa nº 19 Hedge Accounting

Para os títulos e valores mobiliários categorizados como "para negociação" e "títulos disponíveis para venda", a avaliação a valor de mercado é efetuada descontando-se o fluxo futuro a valor presente pelas curvas de taxas de juros construídas por área independente da área de negócios e que segue metodologia própria e as melhores práticas de mercado, de acordo com as características específicas de cada título, baseando-se principalmente em dados divulgados pela Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros – BM&FBOVESPA e ANBIMA. O ajuste de marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria “títulos disponíveis para venda” é reconhecido em conta especial do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. Os títulos classificados “para negociação” são avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período e são apresentados no balanço patrimonial, no ativo circulante, independente de suas datas de vencimento.

Os títulos públicos encontram-se custodiados junto ao Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC e títulos privados são custodiados na CETIP S/A – Mercados Organizados.

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 3d, o Banco registrou, em rubrica contábil constante do patrimônio líquido, como ajuste de marcação ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários categorizados como “títulos disponíveis para venda” no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, perda no montante de R\$ 566 (2015 – ganho de R\$ 517), líquido dos efeitos tributários, e do ajuste de avaliação ao valor justo das aplicações em Letras do Tesouro Nacional objeto de “hedge”, vide nota explicativa nº 19.

O montante de R\$ 5.218 (2015 – ganho de R\$ 1.018) foi registrado na conta de resultado em decorrência de aplicação de Hedge Accounting de títulos classificados na categoria títulos disponíveis para venda.

Valor e tipo de margens dadas em garantia

O quadro a seguir resume os valores depositados na BM&FBOVESPA e SELIC em garantia de operações com instrumentos financeiros derivativos e câmbio em 31 de dezembro:

Valores em garantia - BM&FBOVESPA e SELIC

Tipo de título	Quantidade	2016	2015
		Valor	Valor
Letras Financeiras do Tesouro	282.221	2.382.303	1.470.819
Letras do Tesouro Nacional	200.000	183.870	1.269.128
Notas do Tesouro Nacional	-	-	10.001
Total	<u>482.221</u>	<u>2.566.173</u>	<u>2.749.948</u>

7 Operações de crédito

a. Composição do total da carteira de crédito por setor de atividade

	2016	2015
Operações de crédito:		
Rural	-	19.996
Indústria	367.469	415.025
Comércio	56.268	203.328
Serviços	<u>394.805</u>	<u>198.064</u>
Sub-total	<u>818.542</u>	<u>836.413</u>
Outros créditos - Carteira de câmbio:		
Adiantamento sobre contratos de câmbio e rendas a receber:		
Indústria	189.929	360.575
Comércio	24.301	218.048
Serviços	<u>62.147</u>	<u>246.130</u>
Sub-total	<u>276.377</u>	<u>824.753</u>
Total	<u>1.094.919</u>	<u>1.661.166</u>

b. Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento das operações

	2016	2015
A vencer:		
De 1 a 180 dias	714.005	1.313.064
De 181 a 365 dias	174.181	228.795
Acima de 365 dias	<u>206.733</u>	<u>99.311</u>
Sub-total	<u>1.094.919</u>	<u>1.641.170</u>
Vencidas:		
De 181 a 365 dias	-	19.996
Sub-total	<u>-</u>	<u>19.996</u>
Total	<u>1.094.919</u>	<u>1.661.166</u>

c. Composição da provisão por níveis de risco

De acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99, apresentamos a seguir a composição da carteira de operações de crédito e de outros créditos (carteira de câmbio - adiantamento de contratos de câmbio) com os correspondentes níveis de risco:

Total de operações – 2016							
Nível de risco	% Provisão mínima requerida	Créditos de curso normal	Créditos em atraso	Total de Créditos	Provisão mínima requerida	Total da provisão	% Efetivo de provisão
AA	-	991.068	-	991.068	-	1.386	0,14
A	0,50	984	-	984	5	7	0,71
B	1,00	91.400	-	91.400	914	1.993	2,18
C	3,00	1.948	-	1.948	58	130	6,67
D	10,00	<u>9.519</u>	<u>-</u>	<u>9.519</u>	<u>952</u>	<u>1.183</u>	<u>12,43</u>
Tota		<u>1.094.919</u>	<u>-</u>	<u>1.094.919</u>	<u>1.929</u>	<u>4.699</u>	

Total de operações – 2015							
Nível de risco	% Provisão mínima requerida	Créditos de curso normal	Créditos em atraso	Total de Créditos	Provisão mínima requerida	Total da provisão	% Efetivo de provisão
AA	-	1.213.609	-	1.213.609	-	2.063	0,17
A	0,50	130.589	-	130.589	653	980	0,75
B	1,00	234.560	-	234.560	2.345	5.419	2,31
C	3,00	58.956	-	58.956	1.769	4.174	7,08
D	10,00	3.456	-	3.456	346	441	12,77
H	100,00	<u>-</u>	<u>19.996</u>	<u>19.996</u>	<u>19.996</u>	<u>19.996</u>	<u>100,00</u>
Total		<u>1.641.170</u>	<u>19.996</u>	<u>1.661.166</u>	<u>25.109</u>	<u>33.073</u>	

A provisão constituída pelo Banco é superior que a provisão mínima requerida conforme a Resolução CMN nº 2.682/99, devido ao critério de provisão determinado pela Matriz (The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd), aplicado pelo Banco, que reflete a perspectiva de perda da Administração.

d. Concentração dos maiores devedores

	2016			2015		
	Saldo	% Carteira	Provisões	Saldo	% Carteira	Provisões
Maior cliente	198.525	18	278	157.990	10	269
10 seguintes maiores clientes	682.654	62	1.290	865.497	52	4.911
Demais clientes	<u>213.740</u>	<u>20</u>	<u>3.131</u>	<u>637.679</u>	<u>38</u>	<u>27.893</u>
Total	<u>1.094.919</u>	<u>100</u>	<u>4.699</u>	<u>1.661.166</u>	<u>100</u>	<u>33.073</u>

e. Movimentação da provisão

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi a seguinte durante o semestre/exercício:

	2º Semestre	Exercício	
	<u>2016</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Saldo inicial	8.215	33.073	31.449
Constituição de provisão	1.509	7.456	29.677
Reversão de provisão	(5.025)	(15.834)	(28.053)
Baixa	-	(19.996)	-
Saldo final	<u>4.699</u>	<u>4.699</u>	<u>33.073</u>
% da provisão sobre a carteira de créditos	<u>0,43</u>	<u>0,43</u>	<u>1,99</u>

f. Outras informações

	2º Semestre	Exercício	
	<u>2016</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Créditos renegociados no período	<u>139.308</u>	<u>273.529</u>	<u>330.067</u>

As operações renegociadas são compostas, basicamente, por renovação nas operações de Capital de Giro.

Não houve recuperações de créditos baixados como prejuízo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

8 Outros créditos – Diversos

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Adiantamentos e antecipações salariais	223	183
Créditos tributários s/ dif. temporárias (Nota Explicativa nº 20)	61.045	64.309
Créditos tributários s/ MTM Títulos disponíveis para venda	463	9.796
Impostos e contribuições a compensar	65.362	46.930
Devedores diversos – país	1.062	6
Pagamentos a ressarcir	92	132
Outros	<u>2</u>	<u>1</u>
Total	<u>128.249</u>	<u>121.357</u>

9 Ativo permanente

a. Imobilizado de uso

	Taxa de depreciação a.a. (%)	Custo		Depreciação acumulada		Valor líquido	
		2016	2015	2016	2015	2016	2015
Terrenos	-	1.416	1.416	-	-	1.416	1.416
Edificações	4	29.041	29.719	16.690	14.667	12.351	15.052
Instal., móveis e equip. uso	10	7.286	7.385	3.226	2.594	4.060	4.791
Sistema de proc. dados	20	17.996	13.272	7.836	5.889	10.160	7.383
Sistema de transporte	20	871	871	844	750	27	121
Sistema de segurança	10	3.222	3.281	1.306	1.029	1.916	2.252
Sistema de comunicação	10	1.247	1.247	1.164	1.006	83	241
Imobilizações em curso (*)	-	<u>8.749</u>	<u>19.696</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>8.749</u>	<u>19.696</u>
Total		<u>69.828</u>	<u>76.887</u>	<u>31.066</u>	<u>25.935</u>	<u>38.762</u>	<u>50.952</u>

(*) Refere-se basicamente a gastos com projetos de implementação de sistemas.

b. Ativos intangíveis

	Taxa de amortização a.a. (%)	Custo		Amortização acumulada		Valor líquido	
		2016	2015	2016	2015	2016	2015
Gastos c/aquisições e desenv. de logiciais (*)	20	<u>49.129</u>	<u>31.606</u>	<u>24.768</u>	<u>20.013</u>	<u>24.361</u>	<u>11.593</u>
Total		<u>49.129</u>	<u>31.606</u>	<u>24.768</u>	<u>20.013</u>	<u>24.361</u>	<u>11.593</u>

(*) Implantação de novos sistemas.

c. Diferido

	Taxa de amortização a.a. (%)	Custo		Amortização acumulada		Valor líquido	
		2016	2015	2016	2015	2016	2015
Gastos c/aquisições e desenv. de logiciais	20	-	4.589	-	4.589	-	-
Instalação e adaptação de dependências	20	-	<u>1.035</u>	-	<u>1.032</u>	-	<u>3</u>
Total		-	<u>5.624</u>	-	<u>5.621</u>	-	<u>3</u>

10 Transações com partes relacionadas

Para o Banco, partes relacionadas são definidas como sendo o The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd (controlador) e dependências, acionistas, empresas a eles ligadas, seus administradores e demais membros do pessoal chave da Administração e seus familiares.

	2016		2015	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Disponibilidades em moedas estrangeiras	<u>10.326</u>	<u>9.411</u>	<u>13.625</u>	<u>30.580</u>
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd – New York	-	-	1.143	-
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - London	741	-	4.413	-
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - Tokyo	9.318	-	7.778	-
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd – Hong Kong	211	-	204	-
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - Mexico	56	-	87	-
- variação cambial	-	9.411	-	30.580
Aplicações interfinanceiras de liquidez em M/E	<u>929.673</u>	<u>11.067</u>	<u>229.593</u>	<u>23.083</u>
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - New York	929.673	11.067	229.593	23.083
- juros	-	459	-	76
- variação cambial	-	10.608	-	23.007
Operações de Swap	<u>1.952</u>	<u>(5.651)</u>	<u>2.229</u>	<u>(20.026)</u>
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - New York	1.952	(5.651)	2.229	(20.026)
- rendas de operações com derivativos	-	12.071	-	11.749
- despesas de operações com derivativos	-	(17.722)	-	(31.775)
Depósito à Vista	<u>(4.473)</u>	<u>-</u>	<u>(3.963)</u>	<u>-</u>
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - Tokyo	(4.473)	-	(3.963)	-
Obrigações por empréstimos e repasses	<u>(3.740.987)</u>	<u>708.856</u>	<u>(4.030.027)</u>	<u>(1.459.495)</u>
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - New York	(3.740.987)	708.856	(4.030.027)	(1.459.495)
- juros	-	(35.171)	-	(31.531)
- variação cambial	-	744.027	-	(1.427.964)
Dividendos a pagar	<u>(1.687)</u>	<u>-</u>	<u>(4.752)</u>	<u>-</u>
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - Tokyo	(1.687)	-	(4.752)	-
Outras Obrigações - Prestação de serviços	<u>(13.366)</u>	<u>19.560</u>	<u>(16.097)</u>	<u>3.951</u>
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - New York	(13.362)	19.381	(16.093)	3.403
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd – Leasing and Finance	-	227	-	595
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd – Tokyo	(4)	(48)	(4)	(47)

(*) Recebimentos e Pagamentos

a. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em Assembléia Geral Ordinária dos acionistas realizada em 28 de abril de 2016 foi estabelecido os honorários anuais globais da Diretoria e do Conselho Consultivo tendo por limite o valor máximo de R\$ 19.870 a serem distribuídos entre os Diretores e Conselheiro.

	2º Semestre <u>2016</u>	Exercício <u>2016</u>	<u>2015</u>
Remuneração fixa	4.181	7.548	5.994
Remuneração variável	<u>2.721</u>	<u>5.257</u>	<u>3.976</u>
Total	<u>6.902</u>	<u>12.805</u>	<u>9.970</u>

O pagamento de remuneração variável aos administradores está de acordo com a Resolução CMN nº 3.921, de 25/11/2010, sendo então diferido no período de, no mínimo três anos, e estabelecido em função dos riscos e da atividade do administrador.

A quantidade de ações mantidas pela Diretoria é de 10.618 ações (2015 – 10.618), que representam 0,000243742% da totalidade.

O Banco não possui benefícios pós-emprego e nem de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho para o pessoal-chave da Administração.

b. Outras informações

Conforme legislação em vigor, o Banco não pode conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores bem como aos seus respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%;
- Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, o próprio Banco, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau e
- Acionista controlador do Banco.

Dessa forma, não são efetuados pelo Banco empréstimos ou adiantamentos a quaisquer entes e pessoas acima listadas.

Nota: O Banco não possui Conselhos Administrativos e Fiscais.

11 Depósitos e captações

	2016				
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos
À vista	90.079	-	-	-	-
Interfinanceiros	-	20.150	-	-	-
A prazo (*)	-	718.403	690.120	984.743	3.606
Op.compromissadas	-	-	-	-	-
Letras financeiras	-	-	<u>38.130</u>	-	-
Total	<u>90.079</u>	<u>738.553</u>	<u>728.250</u>	<u>984.743</u>	<u>3.606</u>
					<u>2.545.231</u>

						2015
	Sem	Até	De 3 a	De 1 a	De 3 a	Total
	vencimento	3 meses	12 meses	3 anos	5 anos	
À vista	141.504	-	-	-	-	141.504
Interfinanceiros	-	-	-	-	-	-
A prazo (*)	-	690.783	415.095	991.944	12.351	2.110.173
Op.compromissadas	-	-	-	31.015	-	31.015
Letras financeiras	-	-	-	-	-	-
Total	<u>141.504</u>	<u>690.783</u>	<u>415.095</u>	<u>1.022.959</u>	<u>12.351</u>	<u>2.282.692</u>

(*) São classificados no Balanço Patrimonial no Passivo Circulante devido suas características de liquidez.

12 Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses referem-se a captações em moeda estrangeira e são atualizadas pela variação cambial acrescidas de “spread”.

	2016	2015
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd – New York		
Financiamento de operação de comércio exterior e outras obrigações em moeda estrangeira, com vencimento até agosto de 2017	2.325.578	1.028.580
Captação externa na forma da Resolução CMN nº 3.844, com vencimento até abril de 2018	229.787	2.824.681
Captação externa na forma da Resolução CMN nº 3.844 (Hedge Accounting) – vide NE nº 19	<u>1.185.622</u>	<u>176.766</u>
Sub-total	<u>3.740.987</u>	<u>4.030.027</u>
HSBC Bank USA N.A.		
Captação externa na forma da Resolução CMN nº 3.844	-	391.823
Instituições Oficiais – BNDES e FUNCAFÉ		
Repasses no país com vencimentos até novembro de 2024	<u>176.708</u>	<u>161.463</u>
Total	<u>3.917.695</u>	<u>4.583.313</u>

13 Carteira de câmbio

a. Outros créditos – Ativo

Descrição	2016	2015
Câmbio comprado a liquidar	4.019.648	1.917.394
Direitos s/venda de câmbio	4.554.494	989.660
Adiantamento em moeda nacional recebidos	(990)	(17.580)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	<u>1.330</u>	<u>3.211</u>
Total	<u>8.574.482</u>	<u>2.892.685</u>

b. Outras obrigações – Passivo

Descrição	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Câmbio vendido a liquidar	4.398.936	1.048.771
Obrigações por compras de câmbio	4.254.221	1.781.524
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	(275.154)	(821.978)
Rendas a apropriar de adiantamentos concedidos	107	435
Valores em moedas estrangeiras a pagar	-	28
Total	<u>8.378.110</u>	<u>2.008.780</u>

14 Fiscais e previdenciárias

Descrição	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Provisão de IR e CSLL	55.377	137.399
Impostos e contribuições s/serviços de terceiros	211	183
Impostos e contribuições s/salários	3.126	2.907
Outros impostos (Federais)	8.618	12.164
Outros impostos (Municipais)	72	218
Provisão de IR diferido (Nota Explicativa nº 20)	51.958	34.897
Provisão para riscos fiscais (Nota Explicativa nº 15)	<u>115.417</u>	<u>107.915</u>
Total	<u>234.779</u>	<u>295.683</u>

15 Ativos e passivos relacionados a contingências cíveis, trabalhistas e fiscais

As provisões para passivos contingentes e fiscais são reconhecidas nas demonstrações financeiras na rubrica “Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias” quando, baseado na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, independentemente de existirem depósitos judiciais.

As obrigações legais decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Os depósitos judiciais estão registrados em “Outros Créditos - Devedores por Depósitos em Garantia”.

Não temos ativos contingentes a ser reconhecidos na data-base.

2016					
Descrição	Provisão para passivos contingentes (iii)				Depósitos Judiciais (iv)
	Saldo inicial	Adição à provisão	Utilização/ Reversão	Saldo final	
Cíveis	18.440	1.795	108	20.127	1.213
Trabalhistas	7.968	8.964	1.734	15.198	4.772
Outros passivos (v)	<u>6.251</u>	<u>1.360</u>	<u>2.673</u>	<u>4.938</u>	-
Sub-total	<u>32.659</u>	<u>12.119</u>	<u>4.515</u>	<u>40.263</u>	<u>5.985</u>
Provisão para riscos fiscais					
Federal	<u>106.616</u>	<u>7.448</u>	-	<u>114.064</u>	<u>185.361</u>
IR/CSLL (i)	<u>41.260</u>	<u>2.453</u>	-	<u>43.713</u>	<u>114.138</u>
COFINS (ii)	<u>64.900</u>	<u>4.972</u>	-	<u>69.872</u>	<u>69.872</u>
Outros	<u>456</u>	<u>23</u>	-	<u>479</u>	<u>1.351</u>
Municipal	<u>1.299</u>	<u>84</u>	<u>30</u>	<u>1.353</u>	<u>30.102</u>
Sub-total	<u>107.915</u>	<u>7.532</u>	<u>30</u>	<u>115.417</u>	<u>215.463</u>
Total Geral	<u>140.574</u>	<u>19.651</u>	<u>4.545</u>	<u>155.680</u>	<u>221.448</u>
2015					
Descrição	Provisão para passivos contingentes (iii)				Depósitos Judiciais (iv)
	Saldo inicial	Adição à provisão	Utilização/ Reversão	Saldo final	
Cíveis	13.249	5.213	22	18.440	1.144
Trabalhistas	5.307	6.702	4.041	7.968	817
Outros passivos (v)	<u>9.887</u>	<u>11.416</u>	<u>15.052</u>	<u>6.251</u>	-
Sub-Total	<u>28.443</u>	<u>23.331</u>	<u>19.115</u>	<u>32.659</u>	<u>1.961</u>
Provisão para riscos fiscais					
Federal	<u>97.880</u>	<u>14.588</u>	<u>5.852</u>	<u>106.616</u>	<u>173.453</u>
IR/CSLL (i)	<u>38.975</u>	<u>2.285</u>	-	<u>41.260</u>	<u>107.325</u>
COFINS (ii)	<u>58.471</u>	<u>12.281</u>	<u>5.852</u>	<u>64.900</u>	<u>64.900</u>
Outros	<u>434</u>	<u>22</u>	-	<u>456</u>	<u>1.228</u>
Municipal	<u>818</u>	<u>623</u>	<u>142</u>	<u>1.299</u>	<u>29.130</u>
Sub-Total	<u>98.698</u>	<u>15.211</u>	<u>5.994</u>	<u>107.915</u>	<u>202.583</u>
Total Geral	<u>127.141</u>	<u>38.542</u>	<u>25.109</u>	<u>140.574</u>	<u>204.544</u>

- (i) Refere-se, principalmente, a obrigação legal relativa à discussão judicial relacionada à cobrança de IRPJ e CSLL, decorrente das rendas a apropriar de operações de crédito em liquidação de exercícios anteriores. O Banco aderiu ao programa instituído pela Lei 11.941/09 (Programa REFIS) desistindo da discussão judicial. Todavia essa discussão ainda não foi transitado em julgado, portanto, não houve impacto contábil.

- (ii) Refere-se a obrigação legal relativa ao tributo de COFINS onde o Banco discute a Lei 9.718/98. De acordo com a opinião dos assessores jurídicos o risco de perda para tal processo é possível.
- (iii) A provisão para passivos contingentes está registrada na conta Outras obrigações - Provisão para passivos contingentes.
- (iv) O saldo de depósitos judiciais inclui os depósitos para riscos avaliados como possível ou remoto de perda.
- (v) Refere-se a provisão para risco de perdas com avais e fianças baseados em critérios consistentes aos estabelecidos na Resolução CMN nº 2.682/99, vide Nota Explicativa nº 23a.

Existem outros processos de natureza cíveis, fiscais e trabalhistas avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, atualizado no montante de R\$ 93.400 (2015 - R\$ 81.598) para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

16 Outras obrigações – Diversos

Descrição	2016	2015
Provisão para pagamentos a efetuar – despesas de pessoal	27.707	24.152
Prov. p/pagamentos a efetuar – prestação de serviços de ligadas	22.916	16.722
Prov. p/pagamentos a efetuar – outros pagamentos	1.365	1.393
Passivos atuariais (vide Nota Explicativa nº 22)	3.590	5.160
Credores diversos País	<u>2.521</u>	<u>2.879</u>
Total	<u>58.099</u>	<u>50.306</u>

17 Patrimônio líquido

O capital social é representado por 4.356.234.893 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, sendo 13.599.844 de ações de acionistas residentes no país, 24.714.392 ações em tesouraria e 4.317.920.657 ações de residentes no exterior.

O estatuto social prevê a distribuição de um dividendo mínimo de 6% do lucro líquido, calculados sobre o total de ações em circulação, descontado o percentual de ações em tesouraria. Para este exercício foi destacado o montante de R\$ 4.702 (2015 - R\$ 6.712).

Caso o acionista não efetue o resgate do dividendo no prazo de 3 anos a partir da data de distribuição, o valor é revertido para o Patrimônio Líquido.

As reservas de capital são compostas pela reserva de ágio por subscrição de ações e a reserva de ágio na alienação de ações em tesouraria.

A reserva legal é constituída na forma prevista na legislação societária, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

A reserva estatutária corresponde à transferência dos recursos contabilizados na conta de lucros acumulados, para formação de Capital de Giro e Manutenção de Margem Operacional conforme previsto no Estatuto.

18 Instrumentos financeiros derivativos

O Banco possui como política a minimização de riscos de mercado resultantes de suas operações através da utilização de instrumentos derivativos. A administração dos riscos de mercado é efetuada por área independente, que se utiliza de práticas que incluem a medição e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos “gaps” de liquidez, dentre outras práticas que permitem o acompanhamento dos riscos de oscilações nos preços de ativos, nas taxas de juros e outros fatores que podem afetar as posições das carteiras do Banco nos diversos mercados onde atua. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados como “hedge” possuem sempre risco de crédito igual ou inferior àquele do instrumento financeiro coberto.

O valor de mercado dos “swaps” é apurado considerando o fluxo de caixa estimado de cada uma de suas pontas, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do balanço.

As operações a termo são registradas pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão de fluência dos prazos dos contratos, até a data do balanço.

Negociação e intermediação de valores - operações de futuros: os ajustes diários são contabilizados em conta de ativo e passivo e apropriados diariamente como receitas e despesas. Em 31 de dezembro, o ajuste diário dessas operações foi de R\$ 108.007 (2015 – R\$ 306.580).

As operações de futuros são negociados e custodiados na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBOVESPA e as operações de “Swap” e NDF são custodiados na Cetip S.A. – Mercados Organizados.

Em 31 de dezembro, as posições em instrumentos financeiros derivativos eram representadas como segue:

	2016			
	Até 90 dias	De 91 até 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Futuros - Valor referencial	5.599.013	5.946.823	5.342.746	16.888.582
Compra	4.247.044	4.229.003	4.855.925	13.331.972
Cupom Cambial	2.715.573	4.229.003	4.758.688	11.703.264
Moeda Estrangeira	692.822	-	-	692.822
Taxa de Juros	838.649	-	97.237	935.886
Venda	1.351.969	1.717.820	486.821	3.556.610
Cupom Cambial	287.975	43.137	241.654	572.766
Moeda Estrangeira	350.732	-	10.598	361.330
Taxa de Juros	713.262	1.674.683	234.569	2.622.514

	Valor Referencial	Valor MTM (a)	Valor Accrual (b)	Ajuste (a)-(b)
Swap - Total Líquido	12.569.222	(448.464)	(473.638)	25.174
CDI X US\$	4.777.889	(324.021)	(315.349)	(8.672)
CDI X PRÉ	20.082	56	538	(482)
CDI X Libor	2.915.981	(93.265)	(108.969)	15.704
US\$ X CDI	800.000	(56.118)	(61.293)	5.175
Libor X US\$	2.781.620	6.183	(1.321)	7.504
PRÉ X CDI	5.900	66	19	47
PRÉ X US\$	351.646	20.456	12.918	7.538
Libor X PRÉ	916.104	1.952	(181)	2.133
Ajuste CVA (NE nº 21)	-	(3.773)	-	(3.773)

	Valor Referencial	Valor MTM (a)	Valor Accrual (b)	Ajuste (a)-(b)
NDF - Total Líquido	1.457.558	211.079	209.544	1.535
Posição Comprada	140.356	(9.085)	(8.458)	(627)
Dólar	113.886	(7.725)	(6.901)	(824)
Euro	14.705	(1.144)	(1.242)	98
Ien	10.319	(75)	(168)	93
Franco Suíço	1.446	(141)	(147)	6
Posição Vendida	1.317.202	221.587	218.002	3.585
Dólar	239.174	16.635	15.706	929
Euro	26.009	2.037	2.247	(210)
Ien	1.052.019	202.915	200.049	2.866
Ajuste CVA (NE nº 21)	-	(1.423)	-	(1.423)

2015				
	Até 90 dias	De 91 até 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Futuros - Valor referencial	4.746.626	8.652.077	11.414.402	24.813.105
Compra	2.343.916	5.390.056	10.794.372	18.528.344
Cupom Cambial	892.977	5.012.596	10.584.246	16.489.819
Moeda Estrangeira	544.391	-	-	544.391
Taxa de Juros	906.548	377.460	210.126	1.494.134
Venda	2.402.710	3.262.021	620.030	6.284.761
Cupom Cambial	359.864	496.144	292.289	1.148.297
Moeda Estrangeira	123.253	209.219	-	332.472
Taxa de Juros	1.919.593	2.556.658	327.741	4.803.992

	Valor Referencial	Valor MTM (a)	Valor Accrual (b)	Ajuste (a)- (b)
Swap - Total Líquido	14.363.772	(2.694.949)	(2.805.222)	110.273
CDI X US\$	4.525.365	(1.740.737)	(1.753.053)	12.316
CDI X PRÉ	20.082	2.066	173	1.893
CDI X Libor	4.058.427	(936.402)	(1.026.360)	89.958
US\$ X CDI	368.790	68.272	61.863	6.409
Libor X US\$	3.945.524	3.863	(3.576)	7.439
PRÉ X CDI	29.100	(321)	5	(326)
PRÉ X US\$	295.421	(92.320)	(83.437)	(8.883)
Libor X PRÉ	1.121.063	2.229	(837)	3.066
Ajuste CVA (NE nº 21)	-	(1.599)	-	(1.599)
	Valor Referencial	Valor MTM (a)	Valor Accrual (b)	Ajuste (a)- (b)
NDF - Total Líquido	1.194.379	(26.869)	(14.642)	(12.227)
Posição Comprada	142.558	12.189	10.404	1.785
Dólar	129.709	11.785	10.174	1.611
Euro	11.220	221	95	126
Franco Suíço	1.442	181	138	43
Ien	187	2	(3)	5
Posição Vendida	1.051.821	(38.840)	(25.046)	(13.794)
Dólar	568.143	7.027	13.942	(6.915)
Euro	39.247	(406)	(59)	(347)
Ien	443.971	(45.463)	(38.933)	(6.530)
Libra	460	2	4	(2)
Ajuste CVA (NE nº 21)	-	(218)	-	(218)

	2016		2015	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
	Diferencial		Diferencial	
	a receber	a pagar	a receber	a pagar
Total Geral	807.065	1.044.450	192.480	2.914.298
Total Swap	586.662	1.035.126	169.926	2.864.875
Swap	590.435	1.035.126	171.525	2.864.875
Ajuste CVA	(3.773)	-	(1.599)	-
Total NDF	220.403	9.324	22.554	49.423
NDF	221.826	9.324	22.772	49.423
Ajuste CVA	(1.423)	-	(218)	-

19 “Hedge”- “Hedge” de risco de mercado

O Banco adota a política de proteção em consonância com suas políticas de gestão de risco. Estas operações de “hedge” são realizadas em conformidade com a Circular BACEN nº 3.082 de 30/01/2002, que exige avaliação periódica de efetividade de “hedge” e o registro a mercado tanto do instrumento financeiro derivativo como do item objeto de “hedge”, considerando tratar-se de uma operação de “hedge” de valor justo.

O Banco possui contratos de swap e futuros utilizados como instrumentos de “hedge”, em estratégia de “hedge” de valor justo.

Os objetos de “hedge” são títulos e valores mobiliários inicialmente designados como disponíveis para venda e obrigações por empréstimos no exterior.

As estratégias de “hedge” visam proteger o Banco contra: (i) risco de variação cambial e risco de variação na taxa de juros para pagamentos de principal e juros, referente às captações de recursos contraídas no exterior indexados pela moeda norte americana e (ii) risco de variação na taxa de juros pela compra de títulos públicos federais a taxa de juros pré-fixada.

A efetividade verificada na carteira de “hedge” encontra-se em conformidade com o estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/02.

Instrumento/operação	2016		2015	
	Estratégia 1	Estratégia 2	Estratégia 1	Estratégia 2
Instrumento de <i>hedge</i> de valor justo	Operações de swap contratadas fora do Brasil e futuros contratadas na BM&FBOVESPA	Operações de futuros contratadas na BM&FBOVESPA	Operações de swap contratadas fora do Brasil e futuros contratadas na BM&FBOVESPA	Operações de futuros contratadas na BM&FBOVESPA
Objeto de <i>hedge</i> de valor justo	Captações em moeda norte americana	Letras do Tesouro Nacional (títulos públicos)	Captações em moeda norte americana	Letras do Tesouro Nacional (títulos públicos)
Valor justo do instrumentos de <i>hedge</i>	1.181.529	(275.812)	2.789.474	(911.315)
Valor justo do objeto de <i>hedge</i>	(1.181.271)	275.805	(3.172.843)	911.423
Valor justo 1º dia diferido do objeto de <i>hedge</i>	(4.351)	-	(43.661)	-
Ganho (perda) referente ao instrumento de <i>hedge</i>	(419.974)	255.509	416.542	(64.604)
Ganho (perda) referente ao objeto de <i>hedge</i>	393.686	(255.738)	(416.694)	64.593
Taxa de efetividade	97,74% - 100%	99,97% - 99,99%	94,32% - 100%	99,99% - 100%

	2016		2015	
	Valor referencial	Valor MtM	Valor referencial	Valor MtM
Instrumentos de "Hedge"				
Contratos de futuros - DDI	1.181.529	-	2.789.474	-
Contratos de futuros - DI	<u>275.812</u>	-	<u>(911.315)</u>	-
Total Futuros	<u>1.457.341</u>	-	<u>1.878.159</u>	-
Contratos de swap (Libor X PRÉ)	-	-	<u>67.523</u>	<u>(67)</u>
Total	<u>1.457.341</u>	-	<u>1.945.682</u>	<u>(67)</u>

20 Imposto de renda e contribuição social

Os encargos com imposto de renda e contribuição social incidente sobre as operações dos exercícios são demonstrados a seguir:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	168.686	210.527
Total das adições	<u>119.258</u>	<u>142.372</u>
Despesas administrativas, de pessoal e tributárias	1.069	1.351
Provisão para passivos contingentes fiscais, cíveis e trabalhistas	16.354	16.991
Provisão de outros créditos e de operações de crédito	-	1.624
Provisão para passivos contingentes Fiança	-	1.699
Provisão para bônus a pagar	7.886	13.093
Provisão pagamento PLR	-	2.480
Provisão para pagamento de despesas administrativas e de pessoal	6.029	10.750
Ajuste ao valor contábil dos futuros DI/DDI (Accrual X MTM)	-	47.331
Ajuste positivo ao valor de Mercado – TVM e derivativos	71.349	16.886
Ajuste MTM Hedge Accounting captação	-	20.273
Despesas de Transfer pricing	5.466	2.500
Outras despesas	<u>11.105</u>	<u>7.394</u>
Total das exclusões	<u>(164.431)</u>	<u>(24.588)</u>
Reversão da provisão pagamento bônus	-	(9.122)
Atualização de Depósitos Judiciais	(13.433)	(15.349)
Reversão da provisão de outros créditos e de operações de crédito	(8.377)	-
Provisão pagamento PLR	(743)	-
Reversão de provisão fiança	(1.313)	-
Ajuste ao valor contábil dos futuros DI/DDI (Accrual X MTM)	(118.821)	-
Reversão ajuste MTM Hedge Accounting captação	(21.514)	-
Outras receitas	<u>(230)</u>	<u>(117)</u>
Sub-total	<u>123.513</u>	<u>328.311</u>
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social	<u>123.513</u>	<u>328.311</u>
Imposto de renda e contribuição social	(55.419)	(137.399)
Efeito da majoração de alíquota da CSLL	-	(6.590)
IRPJ e CSLL - Valores diferidos	<u>(30.297)</u>	<u>45.300</u>
Total do imposto de renda e contribuição social	<u>(85.716)</u>	<u>(92.099)</u>

O Banco constitui crédito tributário parcial decorrente de diferenças temporárias de acordo com as condições estabelecidas pela Resolução CMN nº 3.059/02 e posteriormente alterada pela Resolução CMN nº 3.355/06. Os créditos tributários não constituídos em 31 de dezembro de 2016 em decorrência de processos fiscais e cíveis foi de R\$ 60.995 (2015 - R\$ 56.860).

A Administração do Banco, fundamentada em estudo técnico realizado tomando por base os dados contábeis disponíveis em 31 de dezembro de 2016, estimou que a realização destes créditos tributários ocorrerá de acordo com os vencimentos das parcelas dos contratos com provisões para as operações de crédito e fiança, com os pagamentos de despesas administrativas (participação nos lucros e resultados e outros pagamentos a efetuar), com os ajustes a valor de mercado de títulos categorizados como "disponível para venda" e hedge accounting de captações e com a estimativa de encerramento dos processos informados pelos escritórios de advocacia para as provisões trabalhistas.

	Diferenças Temporárias	Crédito Tributário
Provisões para operações de crédito	23.689	10.660
Provisões para outros créditos	1.007	453
Provisão para pagamentos a efetuar Previda	4.647	2.091
Provisão para bônus	12.146	5.466
Provisão para contingências trabalhistas	15.198	6.840
Provisão para avais e fianças	4.938	2.222
Provisão participação nos lucros e resultados	3.333	1.500
Provisão para pagamentos a efetuar	23.654	10.644
Provisão para passivos contingentes	48.283	21.728
Ajuste MTM de Hedge Accounting captação	(1.241)	(559)
Ajuste MTM de títulos disponíveis para venda	1.029	463
Total	<u>136.683</u>	<u>61.508</u>

Movimentação de Créditos Tributários

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Saldo inicial	74.106	39.882
Constituição de crédito tributário	24.465	45.539
Reversão / (realização) de crédito tributário	(37.063)	(11.316)
Saldo final	<u>61.508</u>	<u>74.105</u>

Movimentação do Passivo Fiscal Diferido

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Saldo inicial	34.897	45.313
Atualização Depósito Judicial	5.918	6.139
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	11.143	(16.978)
Ajuste a valor de mercado dos títulos de renda fixa	-	423
Saldo final	<u>51.958</u>	<u>34.897</u>

De acordo com o estudo técnico do Banco, a expectativa de realização dos créditos tributários é demonstrada abaixo:

2016			2015		
Ano	Expectativa de Realização de Crédito Tributário	Valor Presente Crédito Tributário (taxa DI)	Ano	Expectativa de Realização de Crédito Tributário	Valor Presente Crédito Tributário (taxa DI)
2017	31.675	27.875	2016	46.585	40.813
2018	3.871	2.998	2017	5.529	4.244
2019	2.764	1.884	2018	1.057	711
2020	3.516	2.109	2019	3.547	2.090
2021	3.281	1.732	2020	3.701	1.910
2022	3.281	1.524	2021	2.738	1.238
2023	3.280	1.341	2022	2.737	1.085
2024	3.280	1.180	2023	2.737	950
2025	3.280	1.039	2024	2.737	832
2026	<u>3.280</u>	<u>914</u>	2025	<u>2.737</u>	<u>730</u>
Total	<u>61.508</u>	<u>42.596</u>	Total	<u>74.105</u>	<u>54.603</u>

21 Acordo da Basileia

O Banco está enquadrado nos limites estabelecidos na Resolução CMN nº 2.099/94, com alterações introduzidas pelas Resoluções CMN nº 4.913/13 e 4.912/13 e Circular BACEN nº 3.644/13, apresentando índice de Patrimônio em relação aos Ativos Ponderados, conforme segue:

	2016	2015
Risco de Crédito	4.070.536	3.873.721
Risco de Mercado	1.179.835	1.646.502
Risco Operacional	546.009	355.880
Ativos ponderados pelo Risco (RWA)	5.796.380	5.876.103
Patrimônio de Referência (PR)	1.370.650	1.303.579
Patrimônio de Referência Exigido (RWA*9,875%)	608.620	646.371
Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido (*)	762.030	657.208
Índice de Basileia (IB) - PR/RWA	23,65%	22,18%

(*) Considerado adicional de conservação de capital principal + adicional de contracíclico de capital principal de 0,625% em 2016.

Ajuste Prudencial:

Em atendimento a Resolução CMN nº 4.277/13 com nova redação pela Resolução CMN nº 4.389/14, foram analisados os instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado para eventual ajuste prudencial, para os seguintes produtos:

1. Títulos Públicos Federais: “Títulos Disponíveis para Venda”;
2. Títulos Privados marcados pelo valor de mercado – Notas Promissórias e Debêntures marcadas pelo valor de mercado;

3. Contratos Futuros negociados na BM&FBOVESPA e
4. Derivativos de Balcão – NDF e Swap.

Dentre os produtos avaliados acima, tivemos ajuste CVA no produto “Derivativos de Balcão-NDF e Swap” resultando um reconhecimento contábil na data base de 31/12/2016 no montante de R\$ 5.196 – (2015 – R\$ 1.817).

Os demais itens não tiveram ajustes tendo em vista que os títulos público federais e contratos futuros são negociados de forma ativa e frequente e cujos preços foram baseados em informações independentes, em que o preço refletia adequadamente o valor líquido provável de realização.

Com relação aos títulos privados, a metodologia de precificação já contempla o componente de risco de crédito.

22 Plano de previdência complementar

O Banco é patrocinador de um plano de benefício complementar, Plano de Benefícios PREVIDA de Benefício Definido, administrado pelo Bradesco Vida e Previdência S.A. Houve saldamento desse plano no 2º semestre de 2015.

Os recursos garantidores dos planos de previdência são investidos de acordo com a legislação pertinente.

Percentual de alocação dos ativos:

Renda variável – 5%

Renda fixa – 95%

Total – 100%

O cálculo atuarial é atualizado anualmente na data-base 31 de dezembro.

Em 31 de dezembro de 2016, conforme cálculos atuariais, a PrevidA apresentou obrigação atuarial a valor presente e valor justo dos ativos demonstrado abaixo:

Reconciliação do Valor das Obrigações Atuariais	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Valor das obrigações no final do ano anterior	61.179	72.780
Custo do serviço		
Custo do serviço passado	-	498
Despesa com juros	7.575	7.498
Fluxo de caixa		
Benefícios pagos pela empresa	(6.331)	(5.940)
Pagamento de liquidações antecipadas	-	(13.044)
Remensurações		
(Ganho) / Perda atuarial decorrente de mudança de hipóteses demográficas	-	2.929
(Ganho) / Perda atuarial decorrente de mudança de hipóteses financeiras	8.959	(6.137)
(Ganho) / Perda atuarial decorrente de ajustes de experiência	<u>(1.524)</u>	<u>2.595</u>
Valor das obrigações no final do ano	<u>69.858</u>	<u>61.179</u>

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Reconciliação do Valor Justo dos Ativos		
Valor justo dos ativos no final do ano anterior	56.019	67.444
Receita com juros	7.410	6.950
Fluxo de caixa		
Contribuições da empresa	1.182	921
Benefícios pagos pelo plano	(6.331)	(5.940)
Pagamento de liquidações antecipadas	-	(13.328)
Remensurações		
Retorno dos ativos do plano (excluindo receitas com juros)	<u>7.988</u>	<u>(28)</u>
Valor justo dos ativos no final do ano	<u>66.268</u>	<u>56.019</u>
Valores projetados a serem reconhecidos no resultado do próximo exercício	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Custo líquido com juros		
Juros sobre as obrigações	7.560	7.575
Juros (retorno) sobre os ativos do plano	<u>(7.174)</u>	<u>(7.410)</u>
Total de despesa reconhecida no resultado do exercício	<u>386</u>	<u>165</u>

Conforme Deliberação CVM nº 695 de 13 de dezembro de 2012, foi reconhecido no decorrer do 2º semestre de 2016 a baixa da provisão no montante de R\$ 1.570 registrado na conta de passivos atuariais que totalizou o montante de R\$ 3.590 (2015 – R\$ 5.160).

Em 31 de dezembro de 2016 foram consideradas as seguintes premissas:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Taxa de desconto	11,39% ao ano	13,10% ao ano
Índice de aumento salarial estimado	5,00% ao ano	5,50% ao ano
Índice de reajuste de benefícios estimado	5,00% ao ano	5,50% ao ano
Taxa de inflação	5,00% ao ano	5,50% ao ano

Este plano foi fechado para novos participantes no ano de 2011.

O Banco é patrocinador de um plano de previdência complementar, FITPREV Plano de Benefícios de Contribuição Definida, administrado pelo Bradesco Vida e Previdência S.A., para seus funcionários e administradores admitidos após o fechamento do Plano Previdia, sendo que o valor da contribuição no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 3.054 (2015 - R\$ 2.467).

As obrigações atuariais do Plano FITPREV estão integralmente cobertas pelo patrimônio do plano.

23 Outras informações

a. Avais e fianças prestados totalizam a R\$ 737.179 (2015 - R\$ 709.656), com provisão no montante de R\$ 4.938 (2015 - R\$ 6.250), baseado em critérios consistentes aos estabelecidos na Resolução CMN nº 2.682/99, alinhado a expectativa de perda da administração.

b. Composição de despesas de pessoal:

	2º Semestre	Exercício	
	<u>2016</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Despesas de Honorários	6.902	12.805	9.970
Despesas de Pessoal - Benefícios	5.222	10.204	9.062
Despesas de Pessoal – Encargos Sociais	17.411	33.331	29.135
Despesas de Pessoal – Proventos (*)	41.934	78.022	69.147
Despesas de Pessoal - Treinamento	400	744	1.159
Total	<u>71.869</u>	<u>135.106</u>	<u>118.473</u>

(*) Composto basicamente por Salários, Gratificações de função, Férias, Participação no Lucro e Resultados, Bônus por desempenho e 13º salário.

c. Composição de outras despesas administrativas:

	2º Semestre	Exercício	
	<u>2016</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Despesas de serviços técnicos especializados	5.173	14.427	22.403
Despesas de processamento de dados	6.062	11.480	8.706
Despesas de serviços do sistema financeiro	5.286	10.578	8.825
Despesas de amortização e depreciação	4.992	10.235	10.688
Despesas de aluguéis	1.433	2.853	2.807
Despesas de viagens ao exterior	1.647	2.816	2.359
Despesas de comunicações	1.183	2.367	2.169
Despesas de serviços de terceiros	1.128	2.193	2.131
Despesas de serviços vigilância e segurança	1.059	2.141	1.878
Despesas de manutenção e conservação de bens	985	1.833	1.672
Despesas de água, energia e gás	357	791	809
Despesas de viagens no país	216	447	609
Outras	2.404	4.700	4.837
Total	<u>31.925</u>	<u>66.861</u>	<u>69.893</u>

d. Composição de outras receitas operacionais:

	2º Semestre	Exercício	
	<u>2016</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Atualização monetária sobre depósitos judiciais	7.766	13.433	15.348
Recuperação de encargos e despesas	1.931	2.433	1.141
Reversão de provisões operacionais	824	1.648	5.247
Atualização monet. imp. e contrib. a compensar	4	16	2
Outras	<u>13</u>	<u>28</u>	<u>69</u>
Total	<u>10.538</u>	<u>17.558</u>	<u>21.807</u>

e. Composição de outras despesas operacionais:

	2º Semestre	Exercício	
	<u>2016</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Provisão para passivos trabalhistas	8.946	8.946	6.694
Provisão para riscos fiscais	4.298	7.538	15.144
Provisão para passivos contingentes	599	1.795	7.058
Provisão para passivo atuarial	-	-	6.502
Outras	<u>466</u>	<u>500</u>	<u>202</u>
Total	<u>14.309</u>	<u>18.779</u>	<u>35.600</u>

f. Composição de receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias:

Essa rubrica é composta pelos valores de todas as tarifas e comissões acumuladas em favor do Banco no semestre/exercício, exceto aquelas que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

	2º Semestre	Exercício	
	<u>2016</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receitas de comissões e prestação de serviços	19.367	29.336	20.804
Garantias prestadas	3.210	5.821	3.129
Rendas de outros serviços	157	398	702
Taxa de administração	137	279	394
Cobrança	46	128	230
Tarifas bancárias	<u>519</u>	<u>1.150</u>	<u>1.222</u>
Total	<u>23.436</u>	<u>37.112</u>	<u>26.481</u>

24 Convergência as Normas Internacionais de Contabilidade

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alguns pronunciamentos contábeis, suas interpretações e orientações, os quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados foram:

- Resolução nº 3.566/08 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01 R1);
- Resolução nº 3.604/08 – Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 R2);
- Resolução nº 3.750/09 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 R1);
- Resolução nº 3.823/09 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 – Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 – Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 R1);
- Resolução nº 4.007/11 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 – Pronunciamento Conceitual Básico (R1) e
- Resolução nº 4.424/15 – Benefícios a Empregados (CPC 33 R1).

* * *